

Comida de rua e trabalho infantil: realidade na orla marítima de Salvador, Bahia, Brasil

Street food and child labor: reality on the beaches of Salvador, Bahia, Brazil

Permínio Oliveira Vidal Júnior^{1,*}

Ryzia de Cassia Vieira Cardoso^{II}

José Ângelo Wenceslau Góes^{II}

Ícaro Ribeiro Cazumbá da Silva^{II}

Tássia Farias Santos Vianna^{II}

Isadora Soares Paiva^{II}

Daniela Maria Libório Fernandes^{II}

Hortência Fernandes Macedo^{II}

RESUMO

Caracterizar a realidade de trabalho de crianças e adolescentes inseridos no segmento de comida de rua, na orla marítima de Salvador, revelando o aspecto social, econômico e sanitário do trabalho desenvolvido pelos vendedores infanto-juvenis. Realizou-se estudo transversal, com aplicação de questionários semiestruturados, junto a 275 vendedores de comida de rua, menores de 18 anos, em 18 praias da cidade. Os participantes tinham entre 5 e 17 anos, média de 13 anos, eram predominantemente meninos (71,3%) e 94,9% estudavam. Os alimentos mais vendidos compreenderam queijo coalho, acarajé e ovo de codorna cozido. A maioria dos vendedores não atendia a requisitos de higiene pessoal, embora considerassem a higiene importante e que os alimentos vendidos nas ruas poderiam veicular doenças. No que se refere à frequência de limpeza dos utensílios, 44,7% declararam lavá-los diariamente. Parte dos vendedores referiu não lavar as mãos (13,8%), enquanto os demais disseram lavar as mãos de duas a cinco vezes por dia apenas com água ou água do mar, embora esta prática não fosse observada em campo. Os resultados confirmam a inserção da mão de obra infanto-juvenil no segmento, com oferta variada de alimentos e apontam riscos à saúde dos consumidores, devido ao desconhecimento de princípios de higiene por parte dos vendedores.

PALAVRAS-CHAVE: Comida de Rua; Trabalho de Menores; Segurança Alimentar e Nutricional

ABSTRACT

The objective of this study was to describe the reality of children and teenagers working as street food vendors on the beaches of Salvador, and to uncover the social, economic, and sanitary aspects of their work. This cross-sectional study administered semi-structured questionnaires to 275 street food vendors under the age of 18 working on 18 city beaches. Participants' ages ranged from 5 to 17 years old, with a mean age of 13 years. Most vendors were males (71.3%), and 94.9% attended school. The most popular foods sold were *queijo coalho*, *acarajé*, and hard-boiled quail eggs. Most vendors had poor personal hygiene, although they considered hygiene important and recognized that street foods can cause disease. Some vendors (44.7%) cleaned the utensils daily. Few vendors (13.8%) admitted they did not wash their hands, and the remainder claimed to wash their hands two to five times a day with water or seawater, but this practice was not observed in the field. The results of this study confirm the presence of child and adolescent labor in the street food informal labor sector and substantiates the risk of street foods to consumers' health due to vendors' ignorance of hygiene principles.

KEYWORDS: Street Food; Child Labor; Food and Nutrition Security

^I Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Santo Antônio de Jesus, BA, Brasil

^{II} Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil

* E-mail: permíniojr@ufrb.edu.br



INTRODUÇÃO

A venda ambulante de comida se tornou uma estratégia de sobrevivência mundial para grupos socialmente excluídos porque atenua as principais questões estruturais que afetam as pessoas que vivem em áreas urbanas, ajudando a aumentar o emprego, garantir renda, reduzir a pobreza e melhorar a qualidade de vida^{1,2,3}.

Nesse cenário, as crianças que preparam ou vendem alimentos nas ruas das áreas metropolitanas representam um dos grupos mais importantes e notáveis de crianças trabalhadoras⁴, apesar da ilegalidade do trabalho infantil e adolescente em muitos países.

O Brasil tem leis, políticas e programas sociais governamentais e não-governamentais⁵ que estabelecem uma idade mínima para o emprego e protegem os direitos de crianças e adolescentes^{6,7}, mas as crianças ainda são muito vulneráveis ao trabalho infantil. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD⁸, o Brasil contava com aproximadamente 5,1 milhões de crianças e adolescentes de cinco a dezessete anos de idade em atividades econômicas em 2006, das quais mais de 237.000 tinham entre cinco e nove anos de idade.

Na região nordeste do país, a pobreza regional força 1,9 milhão de crianças e adolescentes a trabalharem⁸, e a maioria entra no mercado de trabalho ainda jovem para aumentar a renda familiar. Por outro lado, a dinâmica de mercado da região sudeste estimula o desejo de consumo de crianças e adolescentes, estimulando-os a trabalharem⁹.

As informações sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil não descrevem esse setor de emprego informal relacionado à alimentação, incluindo o trabalho de menores que participam da cadeia de produção de alimentos de rua.

Na Bahia, o número de crianças que trabalham é superior a 500 mil e, na cidade de Salvador e sua região metropolitana, aproximadamente 55 mil crianças trabalham⁸. Embora a participação de crianças na venda informal de comida de rua seja histórica e bem conhecida, o número de estudos sobre o assunto é inadequado^{10,11}.

Os principais promotores do emprego infantil são a pobreza e uma estrutura de mercado que facilita a entrada de crianças e adolescentes no mercado de trabalho¹². Assim, a concorrência da pobreza e a oportunidade de ganhar dinheiro vendendo comida de rua nas famílias e sem participar de um sistema de pagamento¹³ formal estão associadas ao trabalho infantil.

Nessa perspectiva, o trabalho realizado por crianças e adolescentes no mercado informal de alimentos não apenas viola os direitos socialmente constituídos pelo sistema jurídico brasileiro e pelas organizações internacionais de direitos humanos^{14,15}, mas também aumenta o risco de alimentos de rua inseguros devido à ignorância de crianças e adolescentes quanto a técnicas adequadas de manipulação e conservação de alimentos.

Considerando a dinâmica do comércio de alimentos de rua, que emprega crianças e adolescentes, é importante pensar na

articulação intersetorial dos serviços de saúde comprometidos com a promoção dos direitos da criança, ações para protegê-los e discussões sobre o trabalho infantil e seu impacto na saúde.

Ao mesmo tempo, como sugerido por Leal e Teixeira¹⁶, a vigilância sanitária precisa entender melhor o comércio informal de comida e a comida de rua como um fenômeno complexo. Dessa forma, o estabelecimento de um espaço de reflexão e discussão sobre segurança alimentar e nutricional e sobre a organização do trabalho em um ambiente dinâmico e intrincado é essencial para conseguirmos experiências de sucesso.

Assim, o objetivo deste estudo foi caracterizar a realidade das crianças e adolescentes que vendem alimentos de rua nas praias de Salvador, Bahia, revelando os aspectos sociais, econômicos e sanitários de seu trabalho.

MÉTODO

Trata-se de um estudo quantitativo, transversal e exploratório, realizado no período de outubro de 2008 a maio de 2009, nas praias de Salvador, Bahia. Este estudo faz parte do projeto “Comida de rua e trabalho infantil: o descortinar de uma realidade na orla marítima de Salvador-BA e a busca por segurança alimentar e inclusão social”.

Dada a ausência de dados sobre trabalho infantil no mercado informal de alimentos de áreas urbanas, o tamanho da amostra foi calculado com base na prevalência de 8,7% de trabalho infantil relatada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios¹⁵, que inclui todos os tipos de trabalho infantil para crianças de cinco a dezessete anos da região metropolitana de Salvador. Usando uma taxa de erro de 3,0% e um α crítico de 0,05, a amostra deveria ter consistido de 340 ambulantes. Dado que o tamanho ideal da amostra não pôde ser alcançado, o tamanho da amostra disponível foi testado usando o software Stata versão 12.0 para determinar seu poder, assumindo que 50% de toda a população de crianças trabalhadoras de Salvador são vendedores ambulantes de comida e mantendo α inalterado.

Os dados foram coletados em 18 praias municipais, nas quais diversos produtos alimentícios eram vendidos. Os vendedores foram recrutados usando amostragem itinerante¹⁷. Os vendedores de comida de rua foram definidos como vendedores de comida que trabalhavam em locais públicos e comercializavam alimentos prontos para comer, ou seja, que não precisavam de mais preparo, conforme definido pela Organização Mundial da Saúde¹⁸. A idade dos participantes foi classificada de acordo com as recomendações do Estatuto da Criança e do Adolescente, que define como crianças indivíduos de 0 a 11 anos e adolescentes como indivíduos com idade entre 12 e 18 anos⁷.

As praias municipais foram identificadas por suas fronteiras e nomes estabelecidos. Os dados foram coletados em áreas com muitos vendedores e potenciais compradores.



A coleta de dados contou com um questionário semiestruturado previamente testado em um teste-piloto. As perguntas foram agrupadas nas seguintes categorias: características demográficas; características socioeconômicas; perfil do alimento, aquisição e armazenamento; características sanitárias; e opinião do vendedor. Os questionários foram preenchidos por entrevistadores treinados e supervisionados. Questões relacionadas à inspeção visual foram coletadas por meio de observação direta, e perguntas relacionadas a dados foram respondidas por meio de entrevistas com o vendedor. Os questionários foram aplicados após o responsável legal pelo participante ter assinado um termo de consentimento informado (quando um responsável estava presente) ou após o menor concordar em participar do estudo (quando um responsável não estava presente).

O estudo seguiu as determinações da Resolução n. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Maternidade Clímério de Oliveira da Universidade Federal da Bahia (UFBA), localizado em Salvador, sob o protocolo número 14/2008, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salvador (198ª Reunião Ordinária, realizada em 18 de junho de 2008).

Os dados e variáveis foram analisados descritivamente utilizando o software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) - versão 20.0. O teste do qui-quadrado de Pearson foi usado para analisar as associações, e o teste do qui-quadrado de adequação foi usado para comparar as proporções. O teste t de Student foi usado para comparar as médias dos grupos independentes. Os níveis de probabilidade foram estabelecidos em 0,05 para todas as análises estatísticas.

RESULTADOS

Dos 307 vendedores crianças e adolescentes entrevistados, 275 participaram do estudo, resultando em uma taxa de resposta de 89,6% e 79,6%, respectivamente, da amostra necessária para fornecer poder estatístico suficiente com base na prevalência de trabalho infantil no Brasil. Os motivos pelos quais os vendedores se recusaram a participar do estudo incluíam o medo dos questionamentos por parte do vendedor ou seu responsável, falha em entender os objetivos do estudo e falta de tempo, o que muitas vezes foi percebido como uma desculpa usada pelos vendedores por causa de sua expressão facial.

Identificação e características socioeconômicas dos vendedores

A tabela mostra as características demográficas, sociais, econômicas e de trabalho dos vendedores crianças e adolescentes.

A maioria dos vendedores era do sexo masculino ($p = 0,000$). Alguns entraram no mercado de trabalho muito cedo, com apenas cinco anos de idade. As idades dos vendedores do sexo masculino e feminino mais jovens não diferiram. Quase todos eram estudantes. Todos os que abandonaram a escola tinham entre 13 e 17 anos de idade. A maioria dos participantes (63,2%) recebeu ajuda financeira de programas sociais do governo.

Tabela. Características demográficas e socioeconômicas de vendedores de comida de rua crianças e adolescentes e seu trabalho nas praias de Salvador, Brasil. 2008-2009.

Características	Distribuição % (n)
Sexo	
Masculino	71,3 (196)
Feminino	28,7 (79)
Idade	
Média (amplitude)	13,0 (5-17)
Frequentando a escola	
Sim	94,9 (261)
Não	5,1 (14)
Local de trabalho	
Apenas uma praia	63,3 (174)
Duas ou mais praias	33,1 (91)
Outros locais	3,6 (10)
Duração do emprego (anos)	
Média (amplitude)	2,19 (0,002-10)
Jornada de trabalho (horas)	
Média (amplitude)	7,14 (2-13)
Dias de trabalho	
Fins de semana	74,9 (206)
Dias de semana	10,9 (30)
Todo dia	14,2 (39)
Turno de trabalho	
Matutino	5,4 (15)
Vespertino	6,2 (17)
Dia	88,4 (243)
Empregador	
Autônomo	24,7 (68)
Pais	37,5 (103)
Terceiros	37,8 (104)
Renda bruta diária (R\$)	
Média (amplitude)	43,23 (5-160)

A maioria dos vendedores trabalhava em uma única praia e alguns trabalhavam em mais de uma praia ou em outros locais. Os vendedores trabalhavam muitas horas por dia, e a duração média do emprego ultrapassava dois anos, sugerindo que essas crianças e adolescentes tendem a permanecer na venda ambulante de alimentos.

Geralmente, os participantes trabalhavam nos turnos diurnos nos fins de semana, mas uma porcentagem significativa também trabalhava nos turnos diurnos em dias úteis. A maioria dos entrevistados era formada por meninos (69,2%) que trabalhavam para os pais (38,5%) ou terceiros (48,7%).

A idade média das crianças e adolescentes autônomos foi maior (14,37 anos) do que a das crianças e adolescentes que trabalhavam para os pais, responsáveis ou outros. De acordo com um teste complementar que mediu a associação entre a idade e o status de trabalho, os adolescentes geralmente eram autônomos ($p = 0,000$), o que não aconteceu com as crianças.

Os vendedores tiveram uma renda bruta média de R\$ 43,23/ dia (US\$ 21,26/dia) vendendo comida de rua nas praias. No entanto,



os adolescentes auferiam rendimento maior do que as crianças ($p = 0,001$) porque geralmente vendiam alimentos mais lucrativos. Quase metade dos vendedores (48,9%) dividiu sua renda com os pais, 26,6% ficaram tudo, 15,0% compartilharam com outro membro da família e 9,5% compartilharam com terceiros.

A maioria dos vendedores vendia alimentos de rua para aumentar a renda familiar (Figura 1).

Perfil, aquisição e armazenamento dos alimentos

Cerca de um quinto (21,1%) dos entrevistados trabalhavam em barracas de comida e geralmente vendiam acarajé (feito de feijão descascado e frito em óleo de palma bruto). O restante dos entrevistados (78,9%) vendia alimentos nas praias, percorrendo longas distâncias sob sol quente procurando compradores. Com base na inspeção visual, os itens usados para transportar e distribuir alimentos não eram higiênicos. Os fornecedores não tinham nem a infraestrutura mais básica nem acesso a água potável ou a instalações sanitárias, aumentando o risco de doenças veiculadas por alimentos.

A maioria dos alimentos (77,5%) era caseira, 12,4% eram industrializados e 10,1% não processados. Os alimentos caseiros e comerciais incluíam o queijo coalho (tipo de queijo produzido por fermentação e coagulação), acarajé, ovos de codorna cozidos, picolés, sorvetes e amendoim cozido, torrado ou japonês, entre outros (Figura 2).

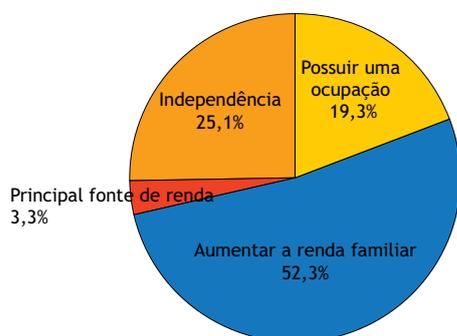


Figura 1. Motivos alegados pelas crianças e adolescentes que vendem comida de rua nas praias de Salvador, Brasil. 2008-2009.

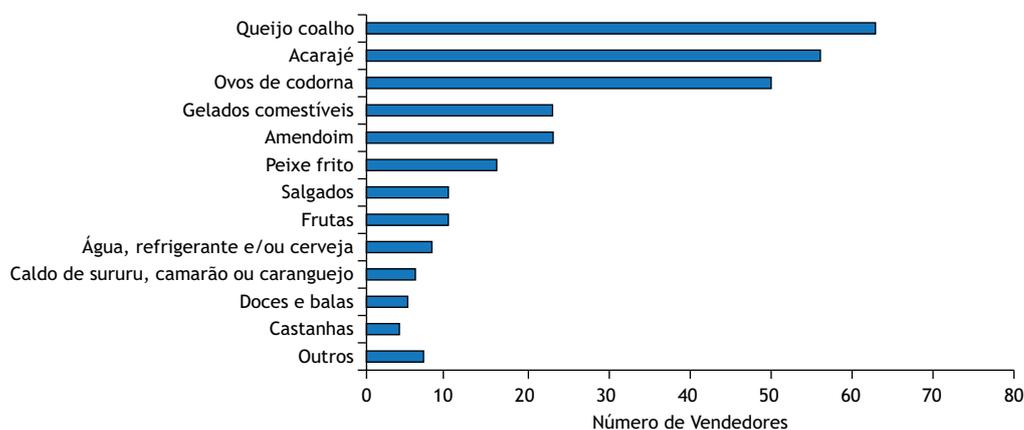


Figura 2. Alimentos vendidos pelo número de crianças e adolescentes que trabalham nas praias de Salvador, Brasil. 2008-2009.

Os alimentos vendidos foram transportados da seguinte forma: itens perecíveis foram acondicionados em caixas plásticas (55,8%), caixas térmicas ou de poliestireno (17,2%), sacos plásticos (14,0%), panelas ou assadeiras de alumínio (4,7%) ou outros recipientes; os itens não perecíveis foram transportados em caixas ou sacolas plásticas (42,8%), caixas de poliestireno (25,0%), cestas de vime (14,3%), caixas de papelão (7,1%) ou outros recipientes.

Em relação ao processamento de alimentos, 23,5% dos alimentos processados eram industrializados e 76,5% eram caseiros. Os alimentos caseiros foram preparados por mães (25,7%), outros membros da família (24,3%), vizinhos (10%), comerciantes (2,5%) ou os próprios vendedores (5%).

Características sanitárias

A Figura 3 mostra informações relacionadas à higiene dos vendedores. Uma inspeção visual indicou que eles tomavam poucas precauções higiênicas. Além disso, quando os vendedores tomavam medidas de higiene (especialmente pessoais) para evitar a contaminação dos alimentos ou preservar a saúde do consumidor, eles o faziam principalmente para aumentar as vendas, já que os consumidores são menos propensos a comprar de vendedores com higiene visivelmente deficiente.

Dos vendedores que utilizavam utensílios, 44,7% afirmaram limpá-los uma vez ao dia, 12,6% disseram que os limpavam duas vezes ao dia e 3,8% os limpavam três ou mais vezes ao dia. No entanto, nem um vendedor foi visto limpando os utensílios durante as entrevistas.

Trinta e dois por cento dos vendedores alegaram lavar as mãos duas vezes por dia, 37,5% de três a cinco vezes por dia e 16,7% mais de cinco vezes por dia; 13,8% admitiram não lavar as mãos enquanto trabalhavam na praia. Daqueles que lavavam as mãos na praia, 83,9% usavam torneiras disponíveis nas barracas de praia e 12,4% usavam água do mar.

Com base na inspeção visual, 44,5% dos vendedores tinham higiene ruim ou muito ruim.

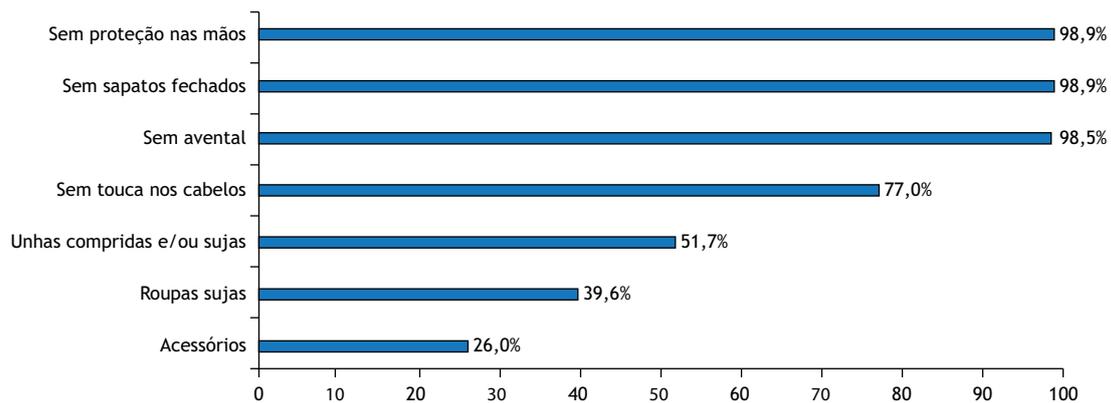


Figura 3. Características de higiene pessoal de crianças e adolescentes que vendem comida nas praias de Salvador, Brasil. 2008-2009.

Opinião dos vendedores

Embora os resultados mostrem que os alimentos de rua vendidos por crianças e adolescentes não são higiênicos, 99,3% dos vendedores consideram a higiene pessoal fundamental. Além disso, 69,3% dos fornecedores acreditam que a comida de rua pode causar doenças.

Em relação ao aspecto social de seu trabalho, 94,5% dos vendedores afirmaram gostar de vender alimentos na praia, e 67,2% disseram que o trabalho era gratificante, apesar das más condições. No entanto, quando questionados sobre o que gostariam de fazer em vez de trabalhar no momento da entrevista, 66,9% disseram preferir participar de atividades de lazer.

DISCUSSÃO

Em Salvador-BA, a interação entre comida de rua e trabalho infantil faz parte do cotidiano da cidade. Jovens vendedores e ajudantes são frequentemente vistos trabalhando em feiras de rua, semáforos e, em particular, nas praias¹⁰.

Portanto, a complexidade do setor informal da alimentação de rua, a quantidade insuficiente de medidas públicas para o setor e a relação entre esse setor e o trabalho infantil e a segurança alimentar confirmam a importância de caracterizar esse segmento do ponto de vista do trabalho infantil e adolescente.

Um estudo sobre a situação atual do trabalho infantil no Brasil¹⁹ e outro estudo identificando os aspectos negativos e positivos do trabalho infantil no Peru²⁰ também descobriram que a maioria das crianças trabalhadoras era do sexo masculino. Essas descobertas podem ser o resultado de papéis tradicionais de gênero: geralmente as meninas ficam em casa fazendo tarefas domésticas ou trabalhando nas casas de outras pessoas, e os meninos realizam outros tipos de trabalho fora de casa²¹.

A idade muito jovem de algumas crianças trabalhadoras é confirmada por outro estudo sobre trabalho infantil que descobriu que os mercados de rua de Salvador empregam até crianças de cinco anos de idade¹¹.

O comércio de alimentos é uma das principais atividades nas áreas urbanas, e os vendedores ambulantes crianças e adolescentes estão expostos a inúmeros riscos, muitas vezes realizando trabalhos incompatíveis com suas idades. Alguns riscos de saúde física incluem levantar e transportar objetos pesados e exposição excessiva a luz solar, calor e umidade. Essas atividades podem causar fadiga e dores musculares, entre outras consequências para a saúde física¹⁹.

A maioria dos vendedores estudados recebeu ajuda financeira de programas sociais do governo que os obrigavam a frequentar a escola. Embora essa ajuda possa aumentar a frequência escolar, não os impediu de trabalhar na praia, local não examinado pelos assistentes sociais responsáveis pela proteção de crianças e adolescentes.

Embora a maioria dos vendedores trabalhasse em uma única praia, eles o faziam muitas horas por dia, o que não apenas os desgasta física e mentalmente¹⁹, mas também compromete a qualidade dos alimentos, porque estes ficam expostos à luz solar e/ou calor mais horas do que o recomendado^{22,23}. Além disso, a duração média do emprego superior a dois anos sugere que esses vendedores continuam vendendo comida de rua por longos períodos.

A maioria dos trabalhadores trabalhava nos turnos do dia nos fins de semana, porque as praias são mais movimentadas, mas muitos também trabalhavam nos turnos do dia durante a semana.

Vendedores de comida de rua crianças e adolescentes podem ou não ser autônomos^{13,24}. Nas praias de Salvador-BA, alguns trabalham para a família imediata, outros para outros empregadores (membros da família estendida, proprietários de barracas ou baianas de acarajé) ou atuando como autônomos. Considerando que muitas vezes os responsáveis pelas crianças também estavam envolvidos no comércio informal de alimentos e que tinham baixas arrecadações com a atividade²⁵, a renda adicional proporcionada pelo trabalho das crianças servia para auxiliar nas despesas familiares, visto que boa parte dos entrevistados referiu entregar o dinheiro ou parte dele para os pais.

Assim, a aceitação do trabalho de crianças e adolescentes no segmento de comida de rua permite que os pais e responsáveis aumentem o número de membros da família que trabalham, aumentando assim a renda familiar. Esse é especialmente o caso dos grupos



sociais menos favorecidos. No entanto, a oportunidade oferecida à família pelo emprego de crianças e adolescentes^{4,10} opõe-se fortemente aos direitos humanos internacionalmente estabelecidos^{7,26}.

Para os vendedores que referiram trabalhar para ter uma ocupação notou-se tendência à reprodução do discurso positivo familiar sobre o trabalho, ou seja, que a inclusão e permanência de mão-de-obra infanto-juvenil neste segmento, além das questões econômicas, conservavam motivações filosóficas na positividade do trabalho^{26,27}.

Estes resultados são reforçados por Rizzini²⁹, que afirma:

“Nessa faixa etária, fatores individuais, como ter seu próprio dinheiro, ser mais independente e ter uma ocupação ou habilidade, contribuem para fatores culturais, como o fato de que os filhos dos pobres têm que trabalhar ou que o trabalho ensina disciplina, e fatores socioeconômicos, como a necessidade de contribuir para a renda familiar”.

As condições desfavoráveis de venda de comidas de rua testemunhadas pelo presente estudo são similares àquelas descritas por Omemu e Aderoju³⁰ em um estudo revelando as práticas de vendedores adultos de alimentos da cidade de Abeokuta, Nigéria. Os autores encontraram condições de armazenamento precárias e má higiene dos vendedores, confirmando a existência de problemas de higiene e conservação de alimentos neste segmento, independentemente da faixa etária.

Nesta perspectiva, a falta de higiene dos vendedores crianças e adolescentes não difere muito da falta de higiene dos vendedores adultos, ainda que estes tenham maior capacidade de apreensão de conhecimentos acerca dos cuidados com os alimentos comercializados^{22,30,31} quando comparados aos menores, que apresentam tenra idade para o trabalho e limitado conhecimento acerca das exigências para o comércio de alimentos seguros.

Com base nas inspeções visuais na praia, a higiene dos vendedores do estudo foi considerada ruim ou péssima, uma realidade confirmada por outros estudos^{23,32,33} que também apontaram hábitos higiênicos inadequados dos vendedores e condições inapropriadas de trabalho.

Condições inadequadas de transporte, a higiene do vendedor e longas horas de trabalho afetam diretamente a segurança dos alimentos. Em particular, longas jornadas de trabalho prolongam a exposição dos alimentos a condições desfavoráveis, como calor e contaminação física e microbiana. Dada a diversidade e a composição nutricional dos alimentos de rua à venda (Figura 2), os alimentos caseiros representam um risco maior, ainda que produtos industrializados também sofressem exposições e abusos.

Como os vendedores compartilham a visão dos pais sobre a natureza digna do trabalho, eles tendem a aceitar o trabalho como um compromisso familiar^{20,27}. Assim, é possível que a aceitação e a conformidade vistas no estudo de crianças e adolescentes

estejam relacionadas ao medo de se tornarem criminosos, pois as famílias tendem a ver o emprego precoce como forma de organizar o tempo de seus filhos. Ao não deixar crianças e adolescentes desocupados, os pais acreditam que estão mantendo seus filhos afastados de certos perigos sociais.

Além disso, como descrito por Souza e Lage³⁴, na convivialidade da praia o trabalho pode ser uma prática de esforço mais prazeroso, na qual a interatividade lazer/trabalho ocorre de forma mais direta e intensa. Assim, em meio ao trabalho vivencia-se também o prazer, uma condição que também permite criar, nos entrevistados, um sentimento positivo em relação ao trabalho.

Por outro lado, como a maioria dos vendedores declarou o desejo de participar de atividades de lazer durante o período de trabalho, este estudo confirma e fornece um contraste da perspectiva tradicional em relação ao trabalho nessa faixa etária.

CONCLUSÃO

Este estudo buscou caracterizar a realidade de trabalho de crianças e adolescentes inseridos no segmento de comida de rua, na orla marítima de Salvador- BA, revelando o aspecto social, econômico e sanitário do trabalho desenvolvido pelos vendedores infanto-juvenis. Mediante os resultados alcançados pode-se concluir que houve participação predominante de meninos na atividade, com longa jornada diária de trabalho, efetuado principalmente nos finais de semana. Complementar a renda familiar foi o motivo mais apontado para inserção das crianças e adolescentes no segmento. A maior parte dos vendedores comercializava produtos manufaturados e industrializados, predominando os primeiros, e não observava requisitos higiênicos necessários à comercialização de alimentos, maximizando os riscos para os consumidores.

Embora a maioria dos vendedores admitisse gostar ou obter satisfação de seu trabalho, muitos expressaram o desejo de estar fazendo outra coisa, especialmente atividades de lazer.

O segmento de comida de rua representa um desafio para a vigilância sanitária, já que este setor, com seus consumidores, produtos, processo de produção e organização do trabalho, estabelece um ambiente difícil de controlar. Diante desse cenário, a realização de práticas interdisciplinares poderia proporcionar experiências bem sucedidas de vigilância e prevenção do trabalho infantil, incluindo, mas não se limitando a, serviços e práticas de saúde.

Pelo exposto, este estudo revela grande número de crianças e adolescentes envolvidos precocemente no comércio de comida de rua nas praias soteropolitanas, o que, além de sinalizar a irregularidade do trabalho infantil, podendo comprometer o desenvolvimento físico e mental destes jovens, sugere riscos à saúde dos consumidores, devido ao desconhecimento de princípios de higiene e conservação de alimentos por parte dos vendedores.

REFERÊNCIAS

1. Costarrica ML, Morón C. Estratégias para el mejoramiento de la calidad de los alimentos callejeros en América Latina y en el Caribe. Food NutrAgric. 1996;17/18:47-61.
2. Latham MC. Human nutrition in the developing world. Rome: FAO; 1997. (Food and nutrition series, vol 29). Chapter 40: Street foods.



3. Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO. Promises and challenges of the informal food sector in developing countries. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations; 2007.
4. International Labour Organization - ILO. Facts on children working in the streets. International Programme on the Elimination of Child Labour (IPEC). Geneva: International Labour Organization; 2003.
5. Kassouf AL, Nunes AA, Pontili RM, Rodrigues FA. Análise das políticas e programas sociais no Brasil. Brasília, DF: Organização Internacional do Trabalho; 2004.
6. Brasil. Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal; 1988.
7. Brasil. Lei nº 8.069, de 13 julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial União. 1990 Jul 16.
8. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Síntese de indicadores sociais 2006[cited 2007 Sep 21]. Available from: http://www.ibge.gov.br/home/#sub_download
9. Ferro AR, Kassouf AL. Avaliação do impacto dos Programas Bolsa-Escola sobre o trabalho infantil no Brasil. Pesq Planej Econ. 2005; 35(3):417-44.
10. Góes JAW. Consumo de alimentos de rua em Salvador: o que é que a baiana (o) tem? Bahia Análise Dados. 1999;9(2):89-92.
11. Barros ES. Criança na Feira de São Joaquim: trabalho e exploração [dissertation]. Salvador : Universidade Federal da Bahia; 2008.
12. Cervini R, Burger F. O menino trabalhador no Brasil urbano dos anos 80. In: Fausto A, Cervini R, organizers. O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. São Paulo: Cortez; 1991.
13. Simon S. Discussion overview paper on the informal food sector. Ottawa: University of Ottawa; 2006.
14. Vieira MG. Trabalho infantil no Brasil: questões culturais e políticas públicas [dissertation]. Brasília, DF: Universidade de Brasília; 2009.
15. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores sociais 2003. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2004[cited 2010 Mar 24]. Available from: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/sinteseindicais>
16. Leal COBS, Teixeira CF. [Network solidarity in health surveillance: a management network for street food in Salvador, BA - Brazil]. Vigil Sanit Debate 2015;3(4):20-9. Portuguese. <https://doi.org/10.3395/2317-269x.00577>
17. Garin B, Aidara, A, Spiegel A, Arrive P, Bastarud A, Cartel JL et al. Multicenter study of street foods in 13 towns on four continents by the food and environmental network of Pasteur and associated institutes. J Food Prot. 2002;65(1):146-52.
18. World Health Organization - WHO. Division of Food and Nutrition. (1996). Essential safety requirements for street-vended foods. Rev ed. Geneva: World Health Organization; 1996[cited 18 jun 2002]. Available from: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/63265/1/WHO_FNU_FOS_96.7.pdf?ua=1
19. Carvalho IMM. O trabalho infantil no Brasil contemporâneo. Cadernos CRH. 2008;21(54):551-69. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792008000300010>
20. Bromley RDF, Mackie PK. Child experiences as street traders in Peru: contributing to a reappraisal for working children. Children's Geographies. 2009;7(2):141-58. <https://doi.org/10.1080/14733280902798852>
21. Facchini LA, Fassa AG, Dall'Agnol M, Maia MFS. [Child labor in Pelotas: occupational characteristics and contribution to the economy]. Ciênc Saúde Coletiva. 2003;8(4):953-61. Portuguese. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232003000400017>
22. Mallon C, Bortolozzo AFQ. Alimentos comercializados por ambulantes: uma questão de segurança alimentar. Publicatio UEPG/Ciênc Biol Saúde. 2004;10(3/4):65-76.
23. Rodrigues KL, Gomes JP, Conceição RCS, Brod CS, Carvalhal JB, Aleixo JAG. [Hygienic-sanitary conditios of street foods from Pelotas, RS]. Cienc Tecnol Aliment. 2003;23(3):447-52. Portuguese. <https://doi.org/10.1590/S0101-20612003000300026>
24. Chauliac M, Gerbouiin-rerolle P. Les enfants et l'alimentation de rue. Rome: FAO, 1996[cited 2005 Oct 29]. Available from: <http://www.fao.org/docrep/W3699T/w3699t05.htm>
25. Cardoso RCV, Pimentel SSP, Moreira LN, Santana CS, Cerqueira SC. Comida de rua: desvendando o mundo do trabalho e a contribuição social e econômica da atividade em Salvador-BA. Conjunt Planej. 2005;137:45-51.
26. United Nations International Children's Emergency Fund - UNICEF. Convention on the rights of the child. New York: United Nations International Children's Emergency Fund; 1990[cited 2011 Jan 11]. Available from: <http://www.unicef.org/crc/>
27. Rodrigues LD. O trabalho infantil na visão da escola: um estudo exploratório do tema [dissertation]. Niterói (RJ): Universidade Federal Fluminense; 2004.
28. Oliveira DC, Fisher FM, Amaral MA, Teixeira MCTV, Sá CP. [Positivity and negativity of the work in adolescents' social representations]. Psicol Reflex Crít. 2005;18(1):125-33. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722005000100017>
29. Rizzini I. Pequenos trabalhadores no Brasil. In: Priore MD. História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto; 2002. p. 376-406.
30. Omemu AM, Aderoju ST. Food safety, knowledge and practices of street food in the city of Abeokuta. Food Control. 2008;19(4) 396-402. <https://doi.org/10.1016/j.foodcont.2007.04.021>
31. Nunes BN, Cruz AG, Faria JAF, Sant'ana AS, Silva R, Moura MRL. A survey on the sanitary condition of commercial foods of plant origin sold in Brazil. Food Control. 2010;21(1):50-4. <https://doi.org/10.1016/j.foodcont.2009.03.016>



32. Umoh VJ, Odoaba MB. Safety and quality evaluation of street foods sold in Zaria, Nigeria. Food Control. 1999;10(1):9-14. [https://doi.org/10.1016/S0956-7135\(98\)00149-2](https://doi.org/10.1016/S0956-7135(98)00149-2)

33. Muinde OK, Kuria E. Hygienic and sanitary practices of vendors of street foods in Nairobi, Kenya. African J Food Agric Nutrit Devel. 2005;5(1):1-14.

34. Souza RV, Lage V. A economia da praia. Brasília,DF: Sebrae; 2008.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro a este projeto.

Conflito de Interesse

Os autores não possuem qualquer potencial conflito de interesses a declarar, relacionado aos pares e às instituições políticas ou financeiras relacionadas a este estudo.



Esta publicação está sob a licença Creative Commons Atribuição 3.0 não Adaptada.

Para ver uma cópia desta licença, visite http://creativecommons.org/licenses/by/3.0/deed.pt_BR.